

<b>ANEXO I - ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA</b>	
<b>Valores das taxas de serviços estaduais para o exercício de 2023</b>	
<b>ATO OU SERVIÇO</b>	<b>R\$</b>
<b>1 - Pedido de:</b>	
1.1 - Certidão	
1.1.1 - de não existência de débito fiscal constituído, por certidão requerida	81,46
1.1.2 - de pagamento do ITBI, por imóvel objeto de transmissão ou cessão de direitos, re- lativamente fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 1989	81,46
1.1.3 - de pagamento do ITD, por imóvel objeto de doação ou de transmissão a causa de morte, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 1989	81,46
1.1.4 - de pagamento, parcial ou total, de qualquer tributo ou receita estadual (vide nota I)	81,46
1.2 - concessão de regime ou tratamento tributário especial ou diferenciado, relativos ao ICMS, em processo administrativo-tributário	4.071,89
1.3 - concessão de benefícios ou incentivos fiscais	
1.3.1 - relativos à implantação, realocação ou ampliação de unidade industrial no Estado, previstos em legislação específica, ou que demandem proposição de convênio	
1.3.1.1 - para investimentos de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)	2.850,31
1.3.1.2 - para investimentos acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)	5.700,67
1.3.1.3 - para investimentos acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	8.143,77
1.3.1.4 - para investimentos acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)	10.994,13
1.3.2 - que, por não estarem previstos na legislação, dependem da edição de convênio, salvo nas hipóteses previstas no subitem anterior	4.071,89
1.3.3 - relativos ao patrocínio de projetos culturais	814,37
1.4 - parcelamento de débitos fiscais, a cada R\$ 10.000,00 de dívida (vide nota II)	40,73
1.5 - inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS	244,33
1.6 - baixa de inscrição estadual	244,33
1.7 - reativação de inscrição estadual	610,77
1.8 - autorização de impressão de documentos fiscais (AIDF), por pedido	183,24
1.9 - uso, alteração ou cessação de uso de sistema eletrônico de processamento de dados	366,48
1.10 - autorização para uso ou cessação de equipamentos emissor de cupom fiscal (Nota III)	isento
1.11 - transferência de crédito acumulado ou saldo credores	8.143,77
1.12 - declaração ou certidão de situação de dados cadastrais e de arrecadação de con- tribuintes do ICMS	142,51
1.13 - correção de dados em documentos de arrecadação	122,14
1.14 - estudos ou levantamentos estatísticos de contribuintes do ICMS, a cada 200 con- tribuintes objeto da pesquisa	81,46
1.15 - reconhecimento de direito à fruição de benefício ou incentivo fiscal previsto na le- gislação, que não se refira à hipótese prevista no item 1.3.1	244,33
1.16 - autorização para cancelamento extemporâneo de documento fiscal eletrônico, por do- cumento.	110,36
1.17 - autorização para retificação extemporânea de informação ou dado incorreto ou omi- tido, relativos à apuração do ICMS, por documento, formulário ou arquivo	1.174,13
<b>2 - Comunicação de:</b>	
2.1 - extravio ou inutilização de livros e/ou documentos fiscais - por ocorrência	814,37
2.2 - aproveitamento de crédito a destempo	244,33
2.3 - paralisação temporária de atividades no Cadastro de Contribuintes do ICMS	610,77
2.4 - reinício de atividades no Cadastro de Contribuintes do ICMS	203,60
2.5 - alteração de endereço no Cadastro de Contribuintes do ICMS (vide nota IV)	isento
<b>3 - Autenticação de livros fiscais, por livro</b>	81,46
4 - Julgamento do contencioso administrativo fiscal, quando o valor do crédito tributário for igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):	
4.1 - impugnação em primeira instância administrativa	488,62
4.2 - recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes	814,37
4.3 - realização de perícia	4.071,89
<b>5 - Análise em consulta formulada Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias</b>	1.221,57
6 - Expedição de 2ª via do cartão de inscrição de contribuinte no cadastro estadual (ver nota V)	isento
<b>7 - Pedido de enquadramento no regime simplificado do ICMS (vide nota VI)</b>	203,60
<b>8 - Pedido de emissão de nota fiscal avulsa (vide nota VII)</b>	isento
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>	
I - A taxa prevista no item 1.1.4 não será devida no caso de pagamento do IPVA, quando houver per- da total do veículo automotor, ocasionada por incêndio ou qualquer outra espécie de sinistro e, ainda, por configurar o mesmo objeto material de delito enquadrado como crime. Tal fato deverá ser compro- vado mediante documento fornecido pela autoridade policial.	
II - A taxa prevista no item 1.4: a) não será devida sobre os pedidos de parcelamento relativos ao im- posto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a ele relativos (ITBI) e ao imposto de trans- missão causa mortis e doação (ITD); b) terá por limite mínimo o valor de R\$ 40,73 (quarenta reais e setenta e três centavos) e limite máximo o valor de R\$ 1.221,57 (mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos); c) nos termos do § único do art. 5º da Res. SEFAZ nº 680/13, fica dispensado o recolhi- mento da taxa nos casos de solicitação e deferimento de parcelamento por meio do sítio da SEFAZ.	
III - A taxa prevista no item 1.10 fica dispensada nos termos do artigo 3º, § 3º, do Anexo V da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014	
IV - A taxa prevista no item 2.5 fica dispensada nos termos do artigo 117 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014	
V - A taxa prevista no item 6 fica dispensada nos termos do artigo Resolução SER nº 67/2003.	
VI - A taxa prevista no item 7 não se aplica ao enquadramento no regime do Simples Nacional.	
VII - A Nota Fiscal Avulsa foi substituída pela Nota Fiscal Avulsa Eletrônica a partir de 24/09/2015, con- forme Decreto nº 45.381/2015. Para emissão da Nota Fiscal Avulsa Eletrônica, é dispensado o paga- mento da taxa prevista no item 8, conforme item 11.11 da Parte I do Manual do Usuário da NFA-Ele- trônica.	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	
1 - Os contribuintes do ICMS optantes pelo regime do Simples Nacional, que comprovem esta condi- ção, recolherão com desconto de 70% (setenta por cento) as taxas referentes à administração fazen- dária constantes deste anexo, nos termos do caput do artigo 5.º da Lei Estadual nº 5.147/07	
2 - As pessoas físicas inscritas no Cadastro de Contribuintes do ICMS estão isentas do pagamento da taxa de serviços estaduais referentes à administração tributária constantes deste anexo, nos termos do parágrafo único do artigo 5.º da Lei Estadual nº 5.147/07	
9.1 - hotéis, motéis, pousadas, hospedarias, albergues, hotéis residência, hotéis de lazer, pensões, dormitórios, casas de cômodos, paradores, e demais estabelecimentos similares, de acordo com a	